



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com  
20  
5

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**23 DE ABRIL DE 2007**

--- Aos VINTE E TRÊS dias do mês de **ABRIL** de DOIS MIL E SETE, nesta cidade de Vila do Conde, no edifício do Auditório Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA; a) Acta da Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2007; b) Alienação de um Imóvel, sito na Rua Cidade de Portalegre em Vila do Conde - ratificação; c) Relatório de Gestão e Contas de 2006; d) Informação da Presidência da Câmara sobre a actividade municipal. 3 - PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA. -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO MAIA, procedeu à chamada dos deputados municipais e verificou a existência de "quórum" abrindo a sessão pelas vinte e uma horas e vinte minutos.-----

--- Encontravam-se presente o PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA, E OS VEREADORES; DR. PACHECO FERREIRA, DR. VÍTOR COSTA, ENG.º ANTÓNIO CAETANO, DR. SANTOS CRUZ, DR. PEDRO BRÁS MARQUES, DR. MIGUEL PAIVA E DR. AFONSO FERREIRA.-

--- Faltou o Deputado Municipal do PSD - DR. ANTÓNIO EDUARDO MARTINS FERREIRA.--

--- O PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE CANIDELO pediu a substituição pelo Secretário VITORINO FERREIRA DE CARVALHO. -----

--- O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR pediu a substituição pelo Secretário MANUEL FRANCISCO FERREIRA RAMOS. -----

--- Faltaram os PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE: RIO MAU E TOUGUES. -----

--- Os substitutos presentes tomaram posse e participaram na sessão.-----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA - deu conhecimento da correspondência recebida. -----

--- De seguida abriu o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :-----

--- DOC. N.º 1, apresentado pelo CDS/PP: "DECLARAÇÃO POLÍTICA"<sup>1</sup> sobre o encerramento do Serviço de Urgências no Hospital de Vila do Conde. -----

--- DOC. N.º 2, apresentado pelo pela CDU: "MOÇÃO DE CENSURA"<sup>2</sup> tendo por fundamento a outorga do protocolo com o Ministério da Saúde sobre o encerramento do Serviço de Urgências no Hospital de Vila do Conde.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU - referiu que o encerramento das urgências tem como objectivo claro acabar com o Serviço Nacional de Saúde com caracter universal, geral e tendencialmente gratuito, como está estipulado na Constituição da República. Salientou que com o encerramento de várias valências do sector público, tem-se assistido à explosão da prestação desses mesmos serviços por parte dos privados. Entende que com o protocolo celebrado, deixará de haver o Serviço de Urgências no Hospital de Vila do Conde logo que estejam concluídas as obras no Hospital da Póvoa de Varzim. Lembrou a falta de médicos e enfermeiros no concelho e o facto de vinte e três por cento da população não terem médico de família. Criticou a realização de mais estudos para que se inicie a construção do novo Centro Hospitalar de Vila do

<sup>1</sup> Doc. 1 que se anexa e faz parte integrante da acta.

<sup>2</sup> Doc. 2 que se anexa e faz parte integrante da acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Conde e Póvoa de Varzim, já que existem muitos estudos. Justificou a moção de censura por ter sido afirmado em sessão da Assembleia Municipal uma coisa e terem acabado por fazer outra, lesando os vilacondenses na medida em que vai deixar de existir um serviço público fundamental, o que considerou uma traição.-----

--- CARMEN SILVA DO BE – afirmou que o Presidente da Câmara sempre disse que não assinaria nenhum protocolo com o Ministério da Saúde, que passasse pelo Encerramento das Urgências. Considera que o que está protocolizado leva ao encerramento das urgências e não se vislumbra a construção de imediato do novo Centro Hospitalar, já que o Governo não alterou a lista de prioridades para a construção dos novos centros hospitalares. Terminou dizendo que votará a favor da moção.-----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD – disse ter sido o PSD o primeiro partido a denunciar as conclusões do relatório da Comissão Técnica e que o mesmo previa não só o encerramento da urgência em Vila do Conde, como apostava num serviço básico de urgências no Hospital da Póvoa de Varzim. Entende que o encerramento da urgência ou mesmo a diminuição do Serviço de Urgência é prejudicial para os vilacondenses, principalmente para os mais desfavorecidos. Realçou a falta de médicos de família no concelho, e que Vila do Conde é dos concelhos com maior taxa de mortalidade infantil. Disse que a situação no sector da saúde deverá agravar-se com o encerramento do serviço de urgências. Lembrou que o protocolo assinado não assegura o início das obras do novo Centro Hospitalar. Referiu que o Presidente da Câmara recuou perante o Ministério de Saúde e deu o dito por não dito ao concordar em assinar o protocolo que passa pelo encerramento das urgências.-----

--- JORGE LARANJA DO PS – realçou que o importante é saber se se vai, ou não, ter um melhor Serviço de Saúde. Que a confiança manifestada, na última sessão, ao Presidente da Câmara para obter junto do Ministério da Saúde garantias de continuar a serem prestados aos vilacondenses serviços adequados às suas necessidades, mantém-se, já que o o protocolo assinado garante aos utentes serviços de saúde efectivos, cuidados e uma melhoria para os vilacondenses.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA – apontou que ao longo dos últimos trinta anos tem sido avaliado pelos vilacondenses, os quais lhe têm manifestado a sua confiança nas políticas até agora assumidas. Realçou que o encerramento das urgências tal como estava previsto não se vai verificar. Se a questão está em saber se o Governo vai ou não cumprir o protocolo, só o futuro o dirá, mas tem de se acreditar nas instituições, pois de outro modo nunca se celebrariam protocolos. Disse que se vai manter o serviço até agora prestado entre as oito e as vinte e quatro horas e o serviço prestado entre as vinte e quatro e as oito horas (onde se atendiam em média oito a dez pessoas e se verificava apenas um internamento) será alterado. Os casos urgentes serão transferidos para outras unidades de saúde, com acompanhamento de pessoas devidamente habilitadas. Lembrou a tomada de posse da Comissão para estudar e analisar o projecto e viabilidade do novo Centro Hospitalar, o qual será construído em parceria por público e privados. De seguida fez o historial e as vicissitudes porque passou o projecto e construção do novo Centro Hospitalar e disse acreditar que, agora, será dado o seu arranque definitivo. Lembrou que se conseguiu o alargamento do horário de atendimento dos utentes do Centro de Saúde e o das suas extensões. Recordou que as valências que existem nos hospitais de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim foram objecto de discussão e de acordo com os profissionais do sector, tendo Vila do Conde ficado com a Cirurgia de Ambulatório e com a Medicina Interna. Que este processo foi objecto de acordo ao contrário do que se passou aquando da saída



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3  
11  
17

do Serviço de Obstetrícia, no tempo do Governo PPD/PSD. Terminou dizendo-se convicto de que o que está previsto no protocolo, trará melhores serviços de saúde para Vila do Conde.

--- RUI SILVA DO PSD – referiu que o fundamental para os vilacondenses é que o encerramento do Serviço de Urgências ficasse condicionada à construção do novo Centro Hospitalar de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, o que não aconteceu, ao contrário do que sucedeu em Santo Tirso e em Montijo. Entende que se perdeu o Serviço de Urgências, o qual é fundamental para a qualidade da saúde dos vilacondenses, independentemente do número de utentes que diariamente recorrem ao mesmo. Disse já terem sido efectuados estudos mais que suficientes sobre o novo Centro Hospitalar, não havendo necessidade de mais nenhum para se arrancar com o processo. Lembrou que a construção do Centro de Saúde de Vila do Conde foi projectado por um Governo do PS, construído por um do PSD e inaugurado por um do PS, o que demonstra a capacidade do PS em fazer estudos e inaugurações, mas a obra é efectuada pelo PSD.

--- ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP – disse que todos querem o melhor para Vila do Conde. Criticou os que quando se pretendia encerrar o Serviço de Urgências em Vila do Conde para obras e por um período de tempo determinado, foram contra e agora que o encerramento é definitivo são a favor.

--- PRESIDENTE DA CÂMARA – informou que existiam utentes a inscreverem-se, simultaneamente nos serviços de urgência em Vila do Conde e no da Póvoa de Varzim, para meras consultas. O que demonstra que grande parte dos recursos de urgências não correspondem a verdadeiras urgências, criando entraves ao bom funcionamento dos serviços. Recordou que o encerramento, incompreensível, dos serviços de obstetrícia foi fundamentado no número de partos existentes em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim e que em Vila do Conde realizavam-se em maior número e o concelho vilacondense tinha mais população. Pelo que a decisão acabou por ser política e não técnica, não atendeu aos interesses dos utentes, nem dos vilacondenses. Relativamente ao novo Centro de Saúde de Vila do Conde referiu que quem fez o projecto e procedeu à adjudicação da obra foi a Câmara Municipal.

--- RUI SILVA DO PSD – disse que a melhor reforma do Serviço Nacional de Saúde se deveu ao PSD, tendo baixado os índices de mortalidade infantil, política essa liderada por um vilacondense, Dr. Albino Aroso. Recordou que o actual governo, também, encerrou várias maternidades.

--- PRESIDENTE DA CÂMARA – referiu que não estava contra o encerramento de uma das maternidades, a da Póvoa de Varzim ou a de Vila do Conde, mas que se atendesse ao número da população e ao número de partos que um e outro faziam, devendo-se encerrar o serviço no hospital que tivesse menor número, que no caso concreto era o da Póvoa de Varzim. Pelo que a opção pelo encerramento do serviço em Vila do Conde só poderá ter sido política.

--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu por encerrada a discussão e procedeu à votação. A MOÇÃO DE CENSURA FOI REJEITADA COM 14 VOTOS A FAVOR, 1 ABSTENÇÃO E 40 VOTOS CONTRA.

--- Fernando Reis, da CDU, pretendeu fazer uma declaração de voto, a qual não foi autorizada pelo Presidente da Mesa por o deputado Municipal ter votado a favor da mesma.

--- Rui Silva, do PSD, fez uma interpelação à Mesa, dizendo que na sessão anterior foi autorizada a declaração de voto a deputados municipais que votaram a favor das propostas, pelo que as regras não deviam ser alteradas.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

— Presidente da Assembleia Municipal disse não ter sido ele quem dirigiu os trabalhos da última sessão e que o seu entendimento era e é o que mencionou, não o alterando.

— DOC. N.º 3, apresentado pelo BE: "MOÇÃO"<sup>3</sup> sobre a criação de um grupo para a promoção da igualdade de género. Não tendo havido nenhum pedido para o discutir, procedeu-se à votação. A MOÇÃO FOI REJEITADA COM 3 VOTOS A FAVOR, 10 ABSTENÇÕES E 41 Votos Contra.

— Carlos Laranja do PS interpelou a Mesa dizendo que um dos documentos apresentados pelo seu grupo municipal versa sobre o tema discutido nesta sessão: o encerramento das urgências. Pelo que solicitou a sua votação. Que em caso de dúvidas sobre se o mesmo deve ou não ser votado, seja a questão colocada ao plenário e votado se é ou não autorizado.

— Carmen Silva, do BE, disse que as regras são para serem cumpridas e que na sessão anterior uma Moção por si apresentada não foi à sessão por se ter ultrapassado o tempo destinado ao Período de Antes da Ordem do Dia.

— Fernando Reis, da CDU, referiu que os documentos são diferentes e que não deve ser colocado à votação o apresentado pelo PS.

— Alexandre Raposo, do CDS/PP, salientou que o Presidente da Assembleia Municipal encerrara já o Período de Antes da Ordem do Dia.

— Presidente da Assembleia Municipal informou os deputados municipais que foram gastos os seguintes tempos: CDS/PP usou sete minutos e trinta segundos; PPD/PSD usou doze minutos e quinze segundos; CDU usou cinco minutos e trinta e sete segundos; BE usou um minuto e um segundo, PS usou seis minutos e trinta e oito segundos, Presidente da Câmara usou catorze minutos. De seguida propôs-se que o plenário votasse sobre se o voto de congratulação do PS pode ou não ser discutido.

— Rui Silva, do PSD, disse que colocar a questão nas mãos dos deputados municipais é criar um precedente. Que se deve cumprir o regimento, não se devendo alterá-lo casuisticamente.

— Jorge Laranja, do PS, entendeu que não existe qualquer alteração ao regimento, pois não é a primeira vez que acontece e que foi a própria Mesa da Assembleia Municipal que informou haver um documento do PS sobre o mesmo assunto.

— Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação se se devia ou não prolongar o Período de Antes da Ordem do Dia para apenas se proceder à leitura do documento e votação do mesmo.

— Foi **APROVADO COM 42 A FAVOR, 12 VOTOS CONTRA E 1 ABSTENÇÃO.**

— DOC. N.º 4, apresentado pelo PS: "Voto de Congratulação"<sup>4</sup> pelos ganhos para os vilacondenses com a outorga do protocolo com o Ministério da Saúde.

— Foi **APROVADA COM 41 VOTOS A FAVOR E 13 VOTOS CONTRA.**

— MARGARIDA SALGUEIRO DO CDS/PP – "DECLARAÇÃO DE VOTO" na qual referiu que o protocolo não traz novidades nenhuma e que infere de um erro, por não contemplar prazos de execução, excepto o da criação em 25 de Abril de um Serviço Nacional de Atendimento. Além disso não tem metas, permitindo que daqui a vários anos ainda se esteja a discutir este tema.

— FERNANDO REIS DA CDU – "DECLARAÇÃO DE VOTO" dizendo que o documento não trouxe nada de novo, restringindo-se ao protocolo. Não se surpreendendo quanto ao sentido de voto deste documento e do da sua aceitação para discussão. Surpreendeu-

<sup>3</sup> Doc. 3 que se anexa e faz parte integrante desta acta.

<sup>4</sup> Doc. 4 que se anexa e faz parte integrante desta acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se foi por os clínicos que estão na bancada do PS, se tenham mantido em silêncio, o que tem um importante significado.

--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, e abriu o PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

--- a) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007.

--- VÍTOR CARVALHO informou que por lapso dos serviços não foi junto à Acta um documento do BE que vai ser enviado posteriormente aos senhores Deputados.

--- FERNANDO REIS DA CDU – referiu que a acta expressa uma visão distorcida do que ocorreu na última sessão, pelo que votará contra.

--- RUI SILVA DO PSD – Referiu que da acta não consta que o Presidente da Câmara referiu que era contra o encerramento das urgências e que nunca assinaria um protocolo que passasse pelo encerramento das mesmas. Pelo que votarão contra.

--- CARMEN SILVA DO BE – criticou a falta de respostas a perguntas formuladas, omite parte da sua intervenção sobre a Revisão ao Plano de Investimentos e Orçamento e a posição do Presidente da Câmara quanto ao encerramento da urgências. Pelo que votará contra.

--- A ACTA FOI APROVADA COM 37 VOTOS A FAVOR, 11 VOTOS CONTRA E 2 ABSTENÇÕES.

--- b) ALIENAÇÃO DE UM IMÓVEL, SITO NA RUA DA CIDADE DE PORTALEGRE EM VILA DO CONDE – RATIFICAÇÃO.

--- PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA – disse que a proposta é clara, a Câmara entendeu de acordo com o que constava do Plano e Orçamento colocar à venda um lote de terreno que o município possuía na Rua de Portalegre, foi colocado à venda. Apareceram interessados e foi avançada a adjudicação.

--- RUI SILVA DO PSD – criticou o facto de a Assembleia Municipal ser chamada a ratificar uma venda por hasta pública, já concretizada, sem sequer conhecer os motivos da alegada urgência para que o executivo tenha processado a transacção sem ouvir previamente esta assembleia.

--- CARMEN SILVA DO BE – referiu que a proposta não tem associada qualquer justificação para a invocada urgência, nem o carácter excepcional e nem sequer indica qual o uso a dar aos proveitos auferidos com a venda do imóvel. Entende que não pode caucionar a venda nestes termos.

--- FERNANDO REIS DA CDU – realçou que não se explica o porquê da invocada urgência, e que percebe as dificuldades financeiras e económicas com que a Câmara Municipal se debate, pelo que dará o aval à venda.

--- ALEXANDRE RAPOSO DO CDS – perguntou porque é que se utilizou a excepção prevista na Lei para a venda do imóvel.

--- PRESIDENTE DA CÂMARA – referiu ser contra a utilização da receita arrecadada para a aquisição de bens da responsabilidade do Governo. Lembrou que o mesmo prédio, foi no passado colocado à venda pelo mesmo valor base e não apareceu qualquer interessado. E neste concurso concorreram oito entidades, entendendo-se que era o momento oportuno para a venda. Informou que a Câmara Municipal exerceu o direito de preferência na transmissão da propriedade dos prédios onde se encontra a "Cidade de Bagunte", com mais de duzentos mil metros quadrados.

--- EDUARDO LEMOS DO PSD – disse desconfiar que a receita servirá para aumentar as despesa corrente da Câmara Municipal ou para pagar dívidas. Se existisse um projecto de investimento, ele seria logo anunciado. Entende que a verba deveria ser aplicada na aquisição do terreno onde ficará instalado o novo Centro Hospitalar, criando-se condições para captar interessados na sua construção, e faria com que o público ficasse melhor servido.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and marks on the right margin.

- PRESIDENTE DA CÂMARA – esclareceu que a receita arrecadada vai ser aplicada em obras no concelho de Vila do Conde da responsabilidade da Câmara Municipal.-----
- RAMIRO SILVA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUILHABREU – lembrou que se tem vindo a aplicar verbas significativas nas freguesias. Defendeu a aplicação de parte das receitas arrecadadas com a transacção do imóvel em obras a realizar nas freguesias do concelho. Disse disponibilizar-se para mediar um encontro com o Doutor Albino Aroso para analisar a actuação do Governo sobre a área da saúde.-----
- EDUARDO LEMOS DO PSD – disse que o dinheiro arrecadado não vai ser aplicado nas freguesias, pois a proposta não diz quais as obras em que vai ser aplicado, nem em que freguesias. Reafirmou que o mesmo vai ser aplicado no pagamento de dívidas ou para aumentar o funcionamento da Câmara Municipal. Lembrou que a freguesia de Guilhabreu não tem um centímetro de rede de água nem de saneamento. E que isso devia preocupar o Presidente da Junta de Freguesia de Guilhabreu.-----
- RAMIRO SILVA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUILHABREU – disse não ser verdade que a freguesia de Guilhabreu não esteja já servida por água pública. Disse que existe e é diariamente tratada pelos respectivos serviços.-----
- ADÁRIO MOREIRA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DO PINHEIRO – referiu que os Presidentes de Junta de Freguesia não precisam que sejam defendidos pelos deputados municipais. Costumam serem pessoas práticas e não intelectuais, mas diariamente trabalham pelo desenvolvimento das suas freguesias.-----
- RUI SILVA DO PSD – entende que os deputados municipais são os representantes do povo, representam os eleitores do concelho que neles votaram. Que a sua participação fundamenta-se nas eleições e não estão na Assembleia Municipal por favor. Terminou dizendo que também tem contacto pessoal com o Doutor Albino Aroso, pelo que dispensa a disponibilidade manifestada pelo Sr. Ramiro Silva.-----
- ESTE PONTO FOI APROVADO COM **32 VOTOS A FAVOR, 9 VOTOS CONTRA E 3 ABSTENÇÕES.** -----
- c) RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006. -----
- PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA – esclareceu que são documentos que revelam a situação do município, evidenciam a forma correcta como se tem desenvolvido a sua actividade e o equilíbrio financeiro do município. Referiu que a taxa de execução orçamental atingiu 73,9%, que o endividamento líquido municipal diminuiu, seis milhões seiscentos e setenta e dois mil euros, que as receitas correntes foram claramente superior às despesas correntes e aproveitadas para o investimento, como receitas de capital, que durante 2006 não foi contraído qualquer empréstimo a curto, médio ou longo prazo e que o balanço do município revela uma situação económica e patrimonial equilibrada.-----
- EDUARDO LEMOS DO PSD – apresentou uma análise do Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Vila do Conde – 2006 por escrito, a qual fica anexa à presente acta como parte integrante como Doc. 5. Remete-se para o mesmo.-----
- FERNANDO REIS DA CDU – apresentou a análise do Relatório de Gestão e Contas de 2006 por escrito, a qual fica anexa à presente acta como Doc. 6 e faz parte integrante da mesma. Remete-se para a mesma.-----
- CARMEN SILVA DO BE - apresentou por escrito a dissertação sobre o Relatório e Contas de 2006, a qual fica a fazer parte integrante desta acta como Doc. 7. Remete-se para a mesma.-----
- JOÃO FONSECA DO PS – disse que ao ouvir o teor das anteriores intervenções, parecia que não estava no concelho de Vila do Conde, o qual conseguiu captar investimento estrangeiro, que apostou em políticas sociais, que tem um cuidado na



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preservação do património, que é condecorada com vários prémios nacionais e estrangeiros. Referiu que fruto da vontade dos vários executivos camarários, das Juntas de Freguesia, das associações desportivas e culturais ao longo dos anos soube-se dar qualidade de vida ao concelho. Enumerou o que foi concretizado no ano de 2006 em todo o concelho, apesar das dificuldades financeiras entretanto criadas aos municípios. Realçou a boa saúde financeira do Município, tendo em conta a taxa de execução orçamental, o volume das receitas próprias criadas no concelho e a contínua diminuição da dívida. Entende que as despesas com o pessoal estão abaixo do limite legal e que o valor indicado tem já em conta as transferências para a Caixa Geral de Aposentação, o aumento legal das tabelas salariais, as transferências de competências no âmbito do enriquecimento curricular e com o novo quadro legal para o transporte escolar. Por último referiu que as revisões orçamentais são instrumentos legais e que a variação foi apenas de três por cento relativamente ao orçamento aprovado, sem que tenha havido qualquer revisão orçamental.-----

--- ALEXANDRE RAPOSO DO CDS – juntou documento sobre a análise do Relatório de Gestão e Contas de 2006, que fica a fazer parte integrante desta acta como Doc. 8. Remete-se para o mesmo.-----

--- ANTÓNIO CASTRO, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RETORTA – apresentou uma análise por escrito das despesas correntes e de capital do ano de 2006 para as freguesias do concelho de Vila do Conde, que fica anexa a presente acta como Doc. 9.

--- PRESIDENTE DA CÂMARA – disse que as intervenções dadas pelos João Fonseca e pelo Presidente da Junta de Retorta foram elucidativas, não havendo necessidade de mais esclarecimentos. Referiu que não se pronunciaria sobre as demais intervenções por respeito aos restantes deputados municipais, ao de quem está a assistir e aos vilacondenses em geral dada a leviandade das mesmas.-----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM **40 VOTOS A FAVOR E 12 VOTOS CONTRA**. -----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD – fez a seguinte "DECLARAÇÃO DE VOTO" – "O PSD votou contra o Relatório de Gestão e Contas aqui apresentado porque ficou, foi notório e transparece da sua leitura, uma incapacidade da Câmara em gerar receitas, um decréscimo acentuado de investimento em favor do funcionamento, uma imensa dívida à banca e aos fornecedores, e uma baixíssima taxa de execução de Plano Plurianual de Investimentos, metade daquilo que tinha sido previsto".-----

--- d) INFORMAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

--- CARMEN SILVA DO BE – Questionou se existe risco de um despedimento colectivo na "Maconde". Se tem havido iniciativas para promover a Agenda XXI Local. Porque não foi solicitado ao Instituto de Conservação da Natureza a constituição de Paisagem Protegida do Litoral Sul de Vila do Conde. Qual a razão para se reduzir o parque infantil sito no lado norte da Av.ª Júlio Saúl Dias ao passá-lo para a parte sul.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU - Perguntou qual a situação laboral dos cerca de cem trabalhadores da Qimonda, que não aceitam a alteração do horário de trabalho proposto pela entidade patronal.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA – informou: quanto à situação na Maconde que tem tido reuniões com a Administração, com os trabalhadores e fez diligências junto do Ministério da Economia e da Solidariedade e Segurança Social. As dificuldades são financeiras, que estão a tentar suplantar junto da banca; quanto à Agenda XXI tem vindo a ser estudada com a Universidade Católica e numa primeira fase abrangerá, em princípio, as freguesias de Árvore e de Vila Chã, limítrofes à de Mindelo; quanto à ROM o grupo de trabalho já reuniu e aprovou, por unanimidade, o documento elaborado pela Universidade do Porto, que foi pago pela Câmara



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

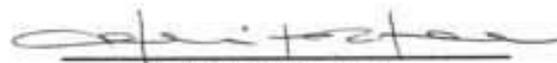
Municipal. Passaram a denominar como Área de Paisagem Protegida de Vila do Conde e vai desde o Rio Ave até Labruge, ultrapassando o Castro Sampaio Marítimo, indo até ao Rio Onda. Esse documento vai ser remetido ao Instituto de Conservação da Natureza; quanto ao arranjo do lado norte/poente da Av.ª Júlio Saúl Dias disse que foi bem conseguido e está bonito; quanto à Qimonda, segundo exportador nacional, está previsto um aumento de trabalhadores, empregando cerca de oitocentas pessoas. Relativamente ao horário de trabalho proposto, doze horas, referiu ser um problema, mas a administração entende ser essencial para manter os índices de competitividade, que permitam a viabilização da empresa. Que a Câmara Municipal pouco pode fazer, com a excepção de sensibilizar a respectiva administração para a situação dos trabalhadores.-----

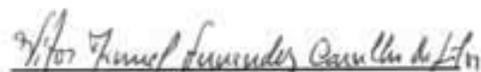
--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu por encerrado o Período da Ordem do Dia. De seguida propôs que fosse votada a minuta da acta da sessão, para produzir efeitos imediatos. Foi aprovada por unanimidade. Após o que abriu o PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA:-----

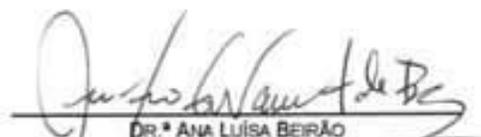
--- ARMANDO HERCULANO - RUA DO LIDADOR - VILA DO CONDE - perguntou se Vila do Conde tem defendido a criação de uma linha do Metro que permita descongestionar o troço entre a Sr.ª da Hora e a Trindade, criando-se uma nova linha directa entre a Sr.ª da Hora e o Hospital de S. João, sem haver necessidade de se fazer transbordo na Trindade.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA – informou que a criação dessa linha, Sr.ª da Hora/Hospital de S. João, foi deliberado pela Metro do Porto fazerem-se estudos técnicos, com a colaboração da Universidade do Porto e dos Dr.s Paulo Pinho e Álvaro Costa. Disse acreditar que a mesma poderá ser concretizada.-----

--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu por encerrado Período de Depois da Ordem do Dia e encerrou a sessão pela uma hora e quinze minutos.-----

  
DR. LÚCIO FERREIRA

  
DR. VÍTOR CARVALHO

  
DR.ª ANA LUÍSA BEIRÃO

Doc 1  
(1.º de 2.º fs.)

*[Handwritten signature]* ①

DECLARAÇÃO POLÍTICA → *Deu-se na 1.ª sessão da Câmara Municipal de Vila do Conde/Modivas e Póvoa de Varzim.*

Doc. 1

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

“Nenhum acordo passará pelo encerramento da urgência”- foram estas as palavras do Sr. Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal em 28 de Fevereiro; palavras essas que de alguma forma descansaram todos os Deputados Municipais presentes, sobretudo os que de uma forma veemente aqui manifestaram a sua preocupação quanto ao prometido encerramento anteriormente anunciado pelo Sr. Ministro da Saúde. Os Deputados Municipais do Partido Socialista defenderam a manutenção do Serviço de urgência e manifestaram a sua total confiança no Sr. Presidente da Câmara para a resolução da situação desde que fosse a manutenção do referido serviço.

No dia seguinte foi assinado um protocolo com o Ministro da Saúde que contempla o encerramento do serviço de urgência, vindo a funcionar nas mesmas instalações um serviço de atendimento a situações não programado que, encerrará às 24 horas.

Não é referido no respectivo protocolo que destino será dado ao actual SASU (serviço de atendimento a situações urgentes) a funcionar na Unidade e Saúde das Caxinas que funciona das 20 às 24 horas nos dias úteis e das 08 às 24 horas aos feriados e fins-de-semana e cujo funcionamento é assegurado por médicos, enfermeiros e funcionários administrativos dos centros de saúde de Vila do Conde/Modivas e Póvoa de Varzim. Vai continuar a funcionar? Vai encerrar?

O protocolo assinado infere de incorrecções, por em muitas das alíneas se basear em números incorrectos, nomeadamente quanto ao número médio de doentes atendidos no referido SASU e que até hoje não foram corrigidos, e não contempla de forma alguma as necessidades dos vila condenses.

Quando na cláusula nº 1 são referidos os Centros de saúde de Vila do Conde /Modivas e da Póvoa de Varzim como a actividade dos mesmos vindo a decorrer das 08h00 às 22h00 todos os dias úteis e das 08h00 às 20h00 aos feriados e fins-de-semana, incluem todas as Unidades de Saúde pertencentes a esses centros de saúde, nomeadamente Junqueira, Labruge, Modivas, Malta, Vairão ou são exclusivamente as das duas cidades? A não inclusão destas unidades de saúde pressupõe uma desigualdade de tratamento e de critérios atendendo a que algumas estão distantes da sede do concelho e muito mais do serviço de urgência que irá funcionar apenas no Hospital da Póvoa de Varzim.

Doc 1  
(2: de 2 fls) |  
A7

Depois de lido e relido o referido protocolo assinado pelos Srs. Presidente da Câmara, Presidente da ARS Norte e Ministro da Saúde, ficamos com a certeza de que é apenas muito claro quanto ao encerramento do serviço de urgência.

Não esclarece quanto ao serviço de atendimento a situações urgentes que funciona na unidade de saúde das Caxinas se mantém em funcionamento. Não é claro quanto às unidades de saúde do concelho que irão ter alargamento de horário de atendimento até às 22h00 nos dias úteis e até às 20h00 aos feriados e fins-de-semana.

Estranhamente o protocolo assinado envolve e faz referência ao centro de saúde da Póvoa de Varzim para o projecto quando nem o director do mesmo, nem o Sr. Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim participaram em qualquer negociação ou o assinaram.

Depois de tudo o que foi assinado e proposto para que tal se concretize e partindo do princípio que o actual SASU se mantém, que nas actuais instalações do Hospital irá estar em funcionamento um atendimento de situações não programadas, das 08h00 às 24h00 todos os dias e que várias unidades de saúde do concelho terão horário de atendimento alargado até às 22h00 durante a semana e até às 20h00 aos feriados e fins-de-semana, pelas nossas contas serão necessários o triplo dos actuais profissionais de saúde e funcionários administrativos.

Para além de humanamente impossível com os recursos existentes, os custos de manutenção e funcionamento destes serviços serão sem dúvida muito mais elevados dos que os actuais custos com o serviço de urgência actualmente em funcionamento 24 horas por dia sete dias por semana.

Em abono da racionalização de custos, um dos motivos mais notórios para o encerramento de serviços de urgência em todo o país, a etapa seguinte será sem dúvida o encerramento do serviço de urgência mas poderá ser também não abrir os serviços propostos no protocolo. O futuro o dirá.

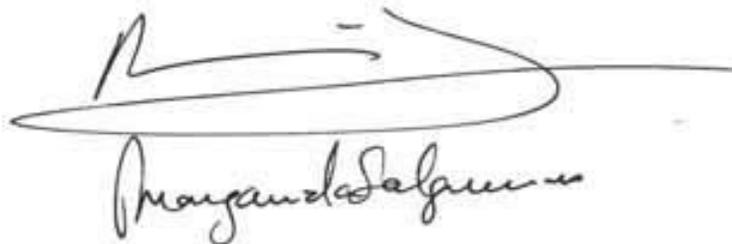
Outra questão abordada no protocolo, embora de forma superficial e que parece ter sido utilizada como moeda de troca, é a construção do Centro Hospitalar; enfim, a mesma bandeira já utilizada há 8 anos para justificar a transferência de valências hospitalares do Hospital de Vila do Conde para o da Póvoa de Varzim. Mais estranho tudo se torna quando um hospital que ocupava o último lugar na lista de prioridades do Sr. Ministro da Saúde há alguns meses passou a ocupar um lugar cimeiro nas suas prioridades. Gostaríamos que fosse verdade mas sinceramente não acreditamos. Não nos deixemos enganar.

L. S.  
S.

Não podemos deixar de referir as lamentáveis declarações do Sr. Ministro da Saúde na inauguração oficial do Centro de Saúde De Vila do Conde que por se basearem em dados errados ,que lhe terão sido facultados por pessoas por ele próprio nomeadas, passaram para a opinião pública uma imagem errada de quem lá trabalha e tem um nome e brio profissional a defender que têm conseguido manter apesar de algumas/muitas dificuldades.

Pena é que os mesmos meios de comunicação que divulgaram as referidas considerações, não tenham sido utilizados pelo Ministério da Saúde para esclarecer os cidadãos que servem com a verdade. Um pedido de desculpas pessoal e interno não são suficientes para apagar o mal-estar que tais comentários causaram.

Os deputados da Assembleia Municipal do CDS/PP



Margarida Salgueiro

Doc 2  
(1342/6)

*Handwritten signature and initials*

## CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Proposta de

Fólio 161  
Ano 1  
Cotas 40

### MOÇÃO DE CENSURA

*Considerando que, à revelia de tudo quanto havia sido proferido, o município de Vila do Conde acabou por protocolizar com o Governo, em 1 de Março p.p., o encerramento do serviço de urgência no hospital local;*

*Considerando que tal encerramento, alheio aos interesses da população do Concelho, como havia declarado, em 31 de Dezembro de 2006 – in Jornal de Vila do Conde, o Sr. Presidente da Câmara, constitui “uma injustiça e um erro”;*

*Considerando que em declaração de voto, no decorrer de reunião ordinária do executivo camarário de 8 de Fevereiro, subscrita pelo Sr. Presidente de Câmara e pelos Srs. Vereadores Pacheco Ferreira, Elisa Ferraz, António Caetano e Víctor Costa (constante de fls 108, verso, acta nº. 3/2007), pode ler-se “... a posição do executivo municipal é clara e contra tal encerramento. Mais, esta posição é coerente e nunca sofreu desvios e, em instante algum, quererá este executivo ver repetida a “agressão” feita a Vila do Conde por parte de um Governo do Partido Social Democrata que encerrou o nosso Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, obrigando as mães vilacondenses a dar à luz na Póvoa de Varzim...”;*

*Considerando que, ainda em 20 de Fevereiro do corrente ano, in Diário de Notícias”, o mesmo autarca considerou que “É um erro encerrar a urgência em Vila do Conde”;*

*Considerando que, em 26 de Fevereiro último, in Público, o Sr. Presidente de Câmara afirmava que “Vila do Conde não pode ficar sem urgências próprias”;*

*Considerando que, dois dias depois, em 28 de Fevereiro, in Sol (Semanário), o Sr. Presidente considerava não se questionar “o direito de Vila do Conde a ter um atendimento de urgência própria”;*

*Considerando que no decorrer da última sessão da Assembleia Municipal, em 28 de Fevereiro de 2007, o Sr. Presidente de Câmara afirmou peremptoriamente “jamais concordarei com o encerramento do serviço de urgência do hospital”;*

*Considerando que, com a assinatura do protocolo com o Governo, acto protagonizado precisamente pelo Sr. Presidente de Câmara, os vilacondenses deixarão de facto, muito em breve, de poder contar com serviço de urgência no hospital local, “trocado” por promessas e... por uma ambulância;*

.../

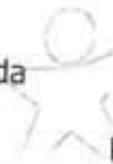
Doc. 2  
(25 de 2 fls)

/...

**A Assembleia Municipal, reunida em Sessão, aos 23 de Abril de 2007, manifesta indignação face ao conteúdo do protocolo assinado com o ministério da saúde, que considera lesivo dos interesses dos vilacondenses, e, deplorando a patente incoerência, expressa pública censura ao executivo camarário, na pessoa do seu presidente.**

Nota: se aprovado mandar divulgar na Informação local.

**O Deputado**



Handwritten signature and initials.

## MOÇÃO

### Grupo para a Promoção da Igualdade de Género

Esta Assembleia Municipal e todos os grupos políticos que a integram receberam um convite da CIDM, Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulher, para que nos associemos a esta entidade que depende do Conselho de Ministros no desenvolvimento de acções e iniciativas a favor da

#### **A CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL**

*"Uma Carta (\*) que convida as colectividades locais a fazer uso dos seus poderes e parcerias em prol de uma maior igualdade para todas e todos, elaborada e promovida pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros."*

Dada a importância e pertinência desta problemática para a promoção da qualidade de vida, e o facto da CIDM ter considerado de interesse o envolvimento e contributo desta Assembleia Municipal, e porque, estamos certos, preocupa todos os grupos políticos desta Assembleia,

#### **PROPOMOS:**

1. Que esta Assembleia corresponda favoravelmente ao convite.
2. Que seja criado um Grupo de Trabalho desta Assembleia constituída por um elemento de cada grupo político.
3. Que este Grupo de Trabalho tenha como primeira iniciativa uma reunião com a delegação da região norte da CIDM, com o fim de tomar conhecimento das iniciativas que aquela Comissão sugere que poderão vir a ser realizadas por esta Assembleia.
4. Que o Grupo de Trabalho apresente a esta Assembleia, uma proposta de acções e iniciativas a serem realizadas neste mandato por iniciativa da Assembleia Municipal.

23.Abril.07

Carmen Silva

*Carmen Silva*

(\*) [www.ccre.org/docs/charte\\_egalite\\_pt.doc](http://www.ccre.org/docs/charte_egalite_pt.doc)

folha: 41  
voto: 0  
Costo: 13

Doc. 4  
(1º e 2º fols)

→

→

41

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Na sequência da divulgação pela Comunicação Social dos serviços de urgência a encerrar, onde se incluía a do Hospital de Vila do Conde, de acordo com o estudo elaborado por uma Comissão Técnica nomeada pelo Ministério da Saúde, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, preocupada com o bem-estar dos vilacondenses, aprovou uma Moção na sua sessão ordinária do passado dia 28 de Fevereiro, em que se solidarizava com as diligências do Presidente da Câmara Municipal e em quem depositava total confiança para obter do Senhor Ministro da Saúde garantias de continuar a ser prestado aos vilacondenses um serviço de saúde adequado às suas necessidades.

Felizmente, na sequência das diligências efectuadas e da reunião ocorrida entre o Presidente da Câmara Municipal e o Ministro da Saúde, foi subscrito um Protocolo, devidamente homologado pelo Senhor Ministro, onde se destaca que:

- Os vilacondenses vão continuar a poder recorrer a um serviço de atendimento no Hospital de Vila do Conde, ficando definido que "a Unidade Hospitalar de Vila do Conde acomodará, nas suas actuais instalações da urgência, um atendimento não programado para casos agudos do foro ambulatorio, sob a responsabilidade integral dos cuidados de saúde primários, em horário alargado das 08h00 as 24h00m, com acesso aos sistemas de informação do centro de saúde e aos meios complementares de diagnóstico do hospital, nomeadamente imagiologia e testes laboratoriais. Acresce que, no período compreendido entre as 00h00 e as 08h00m, estará disponível uma ambulância SIV (suporte imediato de vida), com tripulação profissionalizada de enfermeiro e técnico de ambulância de emergência, que prestará os primeiros socorros e diligenciará o transporte do doente, caso tal se justifique".
- "no sentido de aumentar a capacidade de resposta da Unidade Hospitalar de Vila do Conde, se finalizará a instalação do Serviço de Medicina Interna e será ampliada a sua capacidade na área da Cirurgia de Ambulatório", o que vai aumentar a funcionalidade e a eficiência do nosso hospital.

- D.C. 1.  
(20042/6)
- É particularmente relevante salientar que o Centro de Saúde Vila do Conde/Modivas e a Unidade de Caxinas vão passar a ter a chamada "consulta aberta" para atender os casos não programáveis entre as 08h00 e as 22h00 de todos os dias úteis e das 08h00 às 20h00 aos fins de semana e feriados, podendo, em função da procura e de períodos sazonais em que aumenta a população residente sem médico de família, alargar-se o atendimento até às 24h00.
  - A Administração Regional de Saúde do Norte "promoverá a constituição de Unidades de Saúde Familiares (USF) em todos os centros de saúde, proporcionando à população as vantagens que lhes estão associadas, designadamente a melhoria no acesso aos cuidados de saúde pela inter-substituição dos profissionais e pelos compromissos de melhores cuidados de saúde negociados e contidos nos respectivos contratos programas".
  - Por fim, a Administração Regional de Saúde do Norte "encetará os trabalhos técnicos de identificação das necessidades e de elaboração do perfil assistencial e dimensionamento das futuras instalações do Centro Hospitalar Póvoa do Varzim / Vila do Conde, que está identificado como um dos projectos prioritários em termos do investimento em Parceria Público-Privada. Estes trabalhos deverão iniciar-se de imediato." De realçar ainda que, em visita posterior a Vila do Conde, o Senhor Ministro da Saúde assinou o Despacho, já publicado em Diário da República do passado dia 19 de Abril, que constitui o grupo de trabalho que realizará os estudos técnicos referidos e onde estabelece que "a apresentação do resultado definitivo do trabalho deste grupo ocorrerá até Janeiro do próximo ano".

**A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida a 23 de Abril, congratula-se por ser, assim, claro e indiscutível haver significativos "ganhos" para a população vilacondense, que praticamente vê mantido o serviço até agora prestado na urgência hospitalar, vê serem melhoradas as respostas nos serviços de medicina interna, cirurgia de ambulatório e consulta externa, vê alargado o horário de atendimento nos Centros de Saúde, vê criadas as Unidades de Saúde Familiares e vê ser reaberto o processo de construção do futuro Centro Hospitalar Vila do Conde/Póvoa.**

Pelo Grupo do PS

Assembleia Municipal de Vila do Conde, 23 de Abril de 2007

N. B. – Se aprovada, publicar nos órgãos de comunicação social locais.

Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Vila do Conde – 2006

23/4/2007

J. Guu  
Doc 5  
(12 de 7/ls)  
S.

Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores  
Sr. Presidente da Assembleia  
Sras. e Srs. Deputados

Minhas senhoras e meus senhores

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata analisou exaustivamente o Relatório de Gestão e Contas da Autarquia relativos a 2006. O PSD, metodologicamente, comparou o Relatório de 2006 ao de 2005 e confrontou-o, também, com as Grande Opções do Plano que o antecederam e justificaram. Mas, mais importante do que comparar documentos com documentos é comparar o que eles dizem com a realidade. E a realidade do desenvolvimento do concelho de Vila do Conde é triste e fica, claramente, a perder.

1.

Haverá sempre quem defenda, de uma forma ou de outra, que a câmara fez muita obra, veja-se isto, veja-se aquilo, enfim a conversa do costume. Por isso, nem vale perdermos grande tempo com as 3 páginas e meia de comentários já requentados que o Relatório de Contas mereceu da parte do Sr. Director Financeiro da Câmara Municipal e que pouco acrescenta ao que é, verdadeiramente, importante: o que diz, de facto, preto no branco, O Relatório de contas de 2006.

Diz muito sobre o pouco que a Câmara fez e diz pouco sobre o que deveria dizer.

22,6%! 22,6% a menos foi quanto a Câmara arrecadou face ao que tinha previsto. Lembramos, porque há sempre quem esqueça, que na altura própria dissemos que essa previsão só em sonhos.

Quem tinha razão?

Números redondos. Dos cerca de 68 milhões previstos (67.5 milhões de euros), para 52 milhões de euros (52.2 milhões) há uma diferença de 16

milhões. A menos! 16 milhões a menos foi quanto a Câmara conseguiu arrecadar face ao que, sonhadamente, tinha previsto. Era isto que deveria ter sido dito.

Outra nota negativa: a previsão das receitas de capital também saiu completamente ao lado. Na gíria futebolística a bola que deveria levar a direcção da baliza saiu perto da bandeirola de canto. Quase **48%!!!** 48% a menos que o previsto. Quem não se lembra?! A Câmara veio dizer a esta Assembleia, que arrecadaria 22.3 milhões de euros de receita de capital e, vemos agora, só arrecadou 11.6 milhões.

Menos 10.7 milhões. Quem tinha razão? Era isto que deveria ter sido dito e não foi

Obras? Como é que se podem fazer obras se não se consegue arranjar dinheiro para elas?

Não nos admiremos, pois, que as promessas não se cumpram. Por uma simples razão. Não há dinheiro.

E não há pela seguinte razão: a Câmara, estruturalmente, não consegue criar receitas. Mas, qual nobre arruinado, gosta de pensar que vive com desafogo e diz que vai fazer isto e aquilo... Não há dinheiro...

Não faltará quem venha replicar:

Esqueceu-se da obra X? E da obra Y?! Então fez-se ou não se fez? Pudera! Só faltava que se parasse totalmente. A questão que se deve pôr é porquê tão pouco quando se tinha prometido tanto...

Por outro lado e tal como acontece desde os idos de 2002, as despesas correntes são muito superiores às de capital. **Mais do dobro!** A Câmara gasta em funcionamento mais do dobro do que em investimento. Gasta mais e não faz mais obras. A Câmara fez **menos 22%, repito: menos 22%** de obras que em 2005.

Note-se que, o total de receitas aumentou apenas 4,7% relativamente a 2005, mas, as despesas correntes, as despesas com a máquina camarária,

J. Guu  
Doc. 5  
(2=202/13)  
S.

7.600  
Doc. 5  
(3: 27/0  
3.

aumentaram uns vistosos 12% (12,1%), só suplantados pelo incrível aumento das despesas de pessoal: **13,7%**.

Como é que a Câmara pode fazer obra se as suas receitas são cada vez mais consumidas pelo seu funcionamento?

Se tivesse havido mais obras ainda se perceberia que houvesse aumento de despesa com o funcionamento da câmara. Mas não houve. Dêem-lhe as voltas que quiserem. A verdade é esta:

As despesas correntes aumentam em 4 milhões de euros e as despesas de investimento diminuíram 4 milhões de euros também!

A este respeito e a título de exemplo de ineficácia e ineficiência, note-se que, só em horas extraordinárias (pp. 47 e 48), a câmara gastou em 2006, mais de **922 mil euros**. Para que se perceba bem do que estamos a falar, em cada um dos 365 dias do ano de 2006, a Câmara gastou **2.526 euros e 73 cêntimos** em horas extraordinárias. **Repito: a Câmara gastou, por dia, mais de 500 contos na moeda antiga em horas extraordinárias.**

**E gastou este dinheiro fazendo menos 22% das obras que fez em 2005.**

Quem tinha razão? Porque é que não se disse isto no Relatório?

O país atravessa uma crise económica. As empresas e o estado têm levado a cabo políticas de contenção orçamental e de sentidos cortes nas despesas. A nossa Câmara faz o mesmo percurso? Não! A nossa Câmara marcha em sentido inverso: corta no investimento e aumenta nos custos de funcionamento.

Os outros estarão todos errados... A Câmara é que está no caminho certo. Faz lembrar a velha história da mãe que assiste ao juramento de bandeira do filho e verificando-se que este não leva o passo acertado com os restantes companheiros diz: "Vão todos a marchar mal; só o meu filho é que leva o passo certo".

Portanto, ao contrário do que se diz, este relatório não revela nem eficiência, nem eficácia, nem equilíbrio na gestão da autarquia.

Expressões chave da análise deste relatório: desequilíbrio orçamental, uma situação económica preocupante. Ao contrário, do que escreve o Director Financeiro na página 5 e do que diz o Sr. Presidente, a gestão orçamental da Câmara em 2006 não foi boa. Foi, quando muito, medíocre.

## 2.

No que toca ao passivo e à dívida, há muito que se sabe que os vilacondenses estão em vias de ser penhorados pela sua própria Câmara. **81 milhões** de euros era a dívida em 2005. 92 milhões (91,7 milhões), 92 milhões era o passivo da Câmara.

Em 2006 e para que conste, só as dívidas a bancos, a fornecedores e empreiteiros ascendem aos **78 milhões** (78.1 milhões) de euros e o passivo total a **91 milhões** de euros.

**1.041 euros** é a parte de cada vila-condense, cada um, criança ou adulto, empregado ou desempregado, tem, neste momento, na dívida da autarquia à banca e aos fornecedores. A conta é fácil de fazer: dívida-se este passivo, 90,9 milhões de euros pelos 75.000 habitantes que vivem no concelho. O aparente simplismo deste raciocínio tem uma virtude: dá-nos a ideia real do valor do endividamento da autarquia.

E as dívidas pagam-se. Quando? Como? Alguém terá de as pagar e adivinhem lá, quem, como é costume, terá de as pagar?

A nossa Câmara mantém uma dependência muito forte e muito preocupante à banca e aos fornecedores. Uma parte importante das receitas de 2007 estará hipotecada, passe a expressão, à amortização dívidas e pagamento de juros.

As políticas seguidas nos últimos anos pela Câmara socialista e as "obras de encher a vista" que se foram fazendo, sempre de acordo com calendários eleitorais e estratégias de manutenção do poder, põem em causa o desenvolvimento do concelho e sobrecarregam, irresponsavelmente, as futuras gerações com dívidas insuportáveis. Só para se ter uma ideia da grave

J. Guu  
doc. 5  
(42 de 2 f/ls)  
27.

J. Guu  
Doc. 5  
(5:4 7/13.)  
3.

dependência da Câmara relativamente à banca, veja-se que os juros aumentaram **22.3%**, de 2005 para 2006.

E não se compreende esta dependência financeira. Continuam a ser milhares os que não têm água nem saneamento; continuam a ser milhares os que esperam pelas piscinas de Mindelo, de Macieira e da Junqueira; continuam a ser dezenas de milhar as que sofrem nas filas de trânsito para entrar na cidade.

Por isso é que não se compreende que a Câmara tenha feito tanta dívida e tenha tão pouca obra estruturante para mostrar.

### 3.

E se a execução orçamental já nos mereceu nota negativa, a execução do Plano Plurianual de Investimentos é para esquecer. Dos **22,5 milhões** de euros previstos para investimento, executou-se apenas metade: **11.4 milhões** (p.42). Foram menos 11 milhões de euros em obras essenciais para a população, prometidas ano após ano e nunca executadas.

Não houve um único sector em que o investimento tivesse correspondido às promessas feitas, aqui, em Dezembro de 2005. Em todos os sectores, da Educação à Habitação, da Cultura ao Desporto, da Água ao Saneamento, do Turismo à Protecção Civil, em todos se fez menos, muito menos, do que aquilo que se prometeu fazer.

No caso particular da Educação, a taxa de execução foi de **44%**, ou seja, a Câmara **não fez nem metade do que tinha previsto**. E são vários os exemplos paradigmáticos da sua incapacidade. Veja-se só isto: a Câmara não fez nem um dos 3 jardins-de-infância – Parada, Touguinhó e Vilar – que anda a prometer desde 2002 e que, mais uma vez, prometeu para 2006. Nem fez os dois complexos escolares, um a nascente e outro no centro da cidade. Não fez nenhuma destas obras mas, quem ouve falar os nossos governantes municipais não é surdo: a educação ocupa-lhes todos os discursos, enche-lhes a boca com bonitas palavras.

**Como é enorme a diferença entre aquilo que se diz e aquilo que se faz.**

J. Guu

Doc 5  
(6 de 7/12)  
S.

No que toca à água e ao saneamento básico a ineficiência da Câmara ainda é mais notória. Milhares de vilacondenses vivem a cerca de 20 km da segunda maior cidade do país e ainda não têm nem água da rede pública nem, muito menos, saneamento básico. É inacreditável.

E que se fez para inverter esta situação? Em 2006, a Câmara investiu em esgotos **menos 70%**, repito, menos 70%, do que aquilo que se comprometeu a investir.

E no que toca ao abastecimento de água? Que fez a Câmara pelos milhares de vilacondenses que ainda não têm água ao domicílio? A Câmara investiu **menos 60%** do que aquilo que prometeu.

Na rede viária de um concelho com imensas dificuldades de mobilidade dos cidadãos, que fez a Câmara em 2006?

A Câmara investiu **menos 49%** do que tinha previsto. A Ponte de Retorta continua no papel e as filas de trânsito, à semana e ao fim de semana, continuam a ser o pão-nosso de cada dia de todos aqueles que precisam de entrar na cidade.

Enfim, por estes números se vê o pouco empenho desta Câmara em resolver os principais problemas dos seus concidadãos. Problemas em três áreas estruturantes do desenvolvimento de qualquer comunidade humana: água, saneamento e rede viária. Problema que já deviam estar resolvidos há, pelo menos, 20 anos.

Esperamos que o Sr. Presidente de Câmara, que sempre procura mascarar as insuficiências da sua gestão lançando as culpas para terceiros, não venha agora, que o governo é socialista, dizer que a culpa é da oposição.

Não. Os erros de previsão da Câmara; a brutal dívida do município; os aumentos da despesa corrente em detrimento do investimento; a falta de água e de saneamento, não são culpa do governo, nem do Estado nem da oposição.

Os responsáveis estão aqui connosco. Os responsáveis são aqueles que dirigem o concelho há mais de 30 anos.

Ao seu jeito poderá, como é habitual, vir o Sr. Presidente dizer que a ser assim tudo tão mau não se compreende que os eleitores tivessem confiado no PS e não tivessem votado no PSD; que este partido se calhar gostaria que se encerrasse serviços ou dispensasse pessoal; lançará algum remoque pessoal

Doc 5  
(7=47/12)  
Z.

quanto às qualidades de quem lhe faz oposição; tentará denegrir gratuitamente as capacidades técnicas e políticas de aqueles que o contestam. Enfim, o habitual, pelo que essa estratégia retórica já nem os seus convence. Cada autarca, aqui presente, no fundo da sua consciência saberá que temos razão, por que conhecerá as dificuldades com que diária e progressivamente se tem de defrontar.

O Sr. Presidente não esgrimirá números, nem factos, e verá o seu relatório, seu da Câmara, aprovado.

Bom proveito... Nós continuará com a força da nossa convicção a tentar fazer o melhor por Vila do Conde.

Por tudo isto, o PSD votará **contra** o Relatório de Gestão e Contas - 2006 que está em discussão nesta Assembleia.

J. Guu

# CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

  
Doc. C  
(124 G/fls)  
3.

## RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006

*Antes de proceder à apreciação do Relatório de Gestão e Contas de 2006, solicito ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que, logo que possível, me seja facultado o Balanço Social respeitante ao ano em causa. Já que, tal documento sempre se revela precioso auxiliar de uma melhor compreensão da gestão efectuada.*

Apesar das inúmeras oportunidades que os sucessivos executivos de maioria PS já tiveram para constatar que o empolamento dos orçamentos constituem “engenharia” de curto efeito, desmontável logo que conhecidos os resultados do exercício a que respeitam, a verdade é que, ano após ano, continuam a incorrer na mesma tentação. Mais, mesmo quando é por demais evidente a impossibilidade de atingirem sequer a meta proposta, como que apostadores convulsivos, ao arrepio de qualquer lógica ou razoabilidade, não hesitam em transferir a mesma meta para maior distância ainda.

Foi exactamente isso que se verificou em 2006.

Recorde-se que, o Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, para o exercício em causa, previa atingir a Receita de 65 Milhões de Euros. Todavia, apesar da recebida em 2002 não ter ido além de 57,3 milhões de euros, a de 2003 se ter quedado pelo 52,5, a de 2004 ter ficado pelos 50,6 milhões, não tendo a de 2005 atingido sequer os 50 milhões (49.898.495,78), por correcção orçamental a receita a alcançar em 2006 acabou por ser fixada em 67,5 milhões de euros!

Uma vez mais, de forma absolutamente previsível, refira-se, a realidade se encarrega de evidenciar a megalomania (demagogia, diria antes) em que persistem os executivos PS:

**A receita cobrada em 2006 é de pouco mais de 52 milhões de euros. Mais precisamente, € 52.249.180,94 (fls. 24).**

Doc 6  
(2º a 6º fls.)  
3,

Aspectos salientados, no documento em discussão, como decorrentes do mérito da gestão, por exemplo: o facto do limite de endividamento a que o Município estava obrigado não ter não ter sido ultrapassado, constituem argumento que não se entende. Ou não decorresse tal, como aliás se encontra implícito, de imposição legal. Mais, não fossem dois empréstimos contraídos de € 188.815,28 e de € 2.746.792,77, respectivamente não contarem para tais limites e, como costuma dizer-se, “o caldo estaria entornado”!

Igualmente salientado é o facto de as despesas com o pessoal terem ficado aquém do limite legal imposto, cifrando-se em 31,63% do total da despesa. Inegável, porém, é que o seu peso vem crescendo de forma acentuada: Em 2004 significava 26,87% da despesa e em 2005 27,53%; registando-se nos últimos três anos um crescimento de quase 5%.

Claro que, para tal influi negativamente o facto da receita obtida se encontrar ao nível da recebida em 2003. Mas, então, há que proceder a uma gestão criteriosa, que é o que não se tem verificado, reduzindo, por exemplo, as horas extras, que continuam a apresentar valor significativo (€ 922,255,61), o equivalente ao que aufeririam durante mais de um ano 100 trabalhadores, com o salário mensal de € 500,00! Sendo também substancial o montante despendido com pessoal em regime de tarefa ou avença (€ 559.691.76) (fls. 30).

Debrucemo-nos, no entanto, sobre alguns aspectos da execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento que consideramos interessantes:

No que a Funções sociais respeita, constata-se um claro desinvestimento numa área que a maioria PS sempre referiu como exemplar, não hesitando em apresentá-la até como bandeira da sua gestão, referimo-nos à educação, cuja realidade, resultante da necessidade de elaborar a Carta Educativa, se revela, afinal, bem diferente do que era apregoado:

A taxa de execução não foi além dos 44,1%. Uma taxa baixíssima, que constitui mesmo a mais baixa das registada nos três últimos exercícios. Escalpelizando:

O pré-Escolar quedou-se pelos 40,23%, contra os 52,34% registados em 2005 e os 72,99% atingidos em 2004;

Por sua vez, o Ensino Básico fica-se por uma taxa de execução de 45,22%, contra 49,9% em 2005 e 67,99% em 2004;

F.R.  
Doc. 6  
(32 de 6/03)  
2.

Numa outra rubrica, Habitação, verifica-se que, pesem embora as aparentemente significativas taxas de execução verificadas em algumas alíneas, nomeadamente: fogos no núcleo norte do Concelho (83,13%), construção de fogos no núcleo centro do Concelho (75,19%) e construção de fogos no núcleo sul do concelho (88,4%) (pag.<sup>a</sup> 35) com a execução total a atingir 80,18%. Acontece que, a data para a sua conclusão respeita a Novembro de 2003, verificando-se que no final de 2006 a execução financeira global para os fogos no núcleo sul do concelho é de apenas 38,52%; dos fogos no núcleo centro 10,64% e dos fogos no núcleo norte - imagine-se! - 6,68%!

Temos assim, que aquilo que numa primeira análise se apresenta como apreciável, acaba por ruir face a uma segunda análise apenas um pouco mais detalhada.

O que acontece com o atrás citado verifica-se também, como facilmente se depreenderá, em muitas outras casos.

De facto, assim, acontece!

Não são de hoje, aliás, as críticas decorrentes da passagem de obras de exercício para exercício ou, mesmo, de mandato para mandato sem que cheguem sequer a sair do papel.

Em Abril de 2006, quando da apreciação do Relatório de Gestão e Contas de 2005, teve a CDU o cuidado de focar um conjuntos de obras que se encontravam na situação descrita. Em 2007, como constatará quem sobre o documento que se discute tiver pachorra para se debruçar, ainda sem terem saído sequer do papel, ou seja, com execução zero, lá continuam as mesmíssimas obras.

Passa-se a referenciá-las, apontando datas que permitam avaliar a insustentabilidade da situação:

Pavimentação e Drenagem da Urbanização de Guilhade, Aveleda – data prevista para conclusão Abril de 2004; Arranjo do Largo de Santana, Bagunte – data prevista para conclusão Julho de 2004; Alargamento e Pavimentação da Rua da Igreja, Fajozes – constante dos Planos desde 2003, não existe sequer data prevista para conclusão; Drenagem e Repavimentação da Av.<sup>a</sup> D. Manuel Diogo – Travessa da Igreja e Travessa de Alto de Pega, Labruge – previsão de conclusão Março de 2004; Pavimentação e Drenagem da Trav.<sup>a</sup> da Ponte D’Ave e Rua das Cavadas, Macieira – previsão de conclusão Junho de 2004; Drenagem e



Doc. 6  
(4º de G/10-)  
7.

Pavimentação da Estrada Municipal do Lugar da Estação, Modivas – conclusão prevista Agosto de 2004; Pavimentação e Drenagem da Rua da Barranha, Mosteiró – Data de conclusão Janeiro de 2004.

A situação existente é tão deplorável e intolerável que algumas Juntas de Freguesia acabam por avançar com obras que caberia à Câmara mandar executar, verificando-se o caricato, como parece acontecer com a Pavimentação e Drenagem da Rua do Caselo à Aldeia Nova em Mosteiró, que formalmente não saiu do papel ainda e na prática está concluída, aguardando a Junta em causa apenas o seu pagamento. Embora não se saiba quando!

São, todavia, dezenas e dezenas as obras inscritas, muitas das quais com verba prevista, cuja conclusão deveria ter de há muito acontecido que continuarão a passar para Planos futuros sem que, pelo menos aparentemente, os responsáveis pelas Freguesias a que respeitam, se preocupem com isso. Aliás, o que se tem verificado nas sucessivas Assembleias em que se discutem Planos e Orçamentos e Relatórios de Gestão e Contas, para não falar-se em outras, é um impressionante e confrangedor silêncio por parte dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Quase como, se falando, temam ver as coisas piorar mais ainda...

Não faltará quem da bancada do PS venha referir que a oposição não sabe ler os documentos, protestando que os Planos são Plurianuais. A verdade é que, dado o tempo por que se prolonga o “esquecimento” a que algumas obras parecem votadas, dir-se-á que se assemelham antes a “Planos pr’a nunca mais”!

De entre as Freguesias com menos obras previstas e, ainda assim adiadas, evidenciam-se Arcos, Canidelo, Junqueira, Malta, Mosteiró, Outeiro Maior, Rio Mau, Tougues e Touguinha!

A que tem mais obras em andamento ou concluídas, não se comparando com a sede do concelho - dado as realidades não serem sequer comparáveis! - é claramente Mindelo, sendo em simultâneo a que tem mais obras previstas, ainda que a aguardar melhor oportunidade!

A sensação de ausência de critérios que assiste à prioridade das obras e ao, chamemos-lhe, “beneficiar” de algumas freguesias, comparativamente a outras, encontra paralelismo na transferência de verbas:

  
 Dec. 6  
 (57 de 67/93)  
 3.

De facto, sem que se entendam critérios e sem que o executivo PS pareça preocupar-se com a sua clarificação, existem algumas freguesias que surgem como “privilegiadas” (*este privilegiadas, atente-se, é com aspas!*), relativamente às restantes:

Assim, sem a existência de quaisquer protocolos, que se conheça, as freguesias, no que a Transferências respeita, parecem divididas em três grupos (*fls.54*): as mais “sortudas” (também com aspas), num total de nove que, entre si, dividem 62% do total das verbas transferidas; as que não tendo tanta “sorte”, em número de doze, mas que ainda assim não se podem queixar, com 36,50% e as menos “afortunadas”, as nove restantes, que – gritantemente - têm de se contentar com 1,5%!

Entre as que mais recebem (vá lá entender-se a razão!) estão Labruge, Guilhabreu, Vilar do Pinheiro e Vila Chã. As menos favorecidas são Arcos, Outeiro Maior, Parada e Touguinha.

Ninguém fique, no entanto, deslumbrado ou pesaroso em demasia, porque o montante global das transferências para as freguesias, dividido em numerário e materiais, não vai além, afinal, de uns miseráveis 5,75% do total da receita recebida pelo Município!

Perante o que acabou de dizer-se, parece não haver necessidade de explicar o porquê das acentuadas assimetrias com que o Concelho se debate. Tal como não será difícil perceber que a manter-se o mesmo tipo de gestão tais assimetrias irremediavelmente aprofundar-se-ão mais ainda.

Neste Concelho, de populações carenciadas das mais básicas infra-estruturas, mormente ao nível da distribuição de água, de saneamento básico e de tratamento de efluentes; em que mais de 20% dos habitantes não possui médico de família; que regista o dobro da média da sinistralidade da Área Metropolitana; cuja taxa de desemprego, em números oficiais, é o dobro da média nacional (esta, recorde-se, é de mais de 7%); que detém o mais baixo poder de compra de todo o Grande Porto (75,6%); o executivo camarário – PASME-SE! - apresenta como trunfos um menor endividamento e uma redução do passivo!

Sr. Presidente de Câmara, Senhores Vereadores do PS, a contenção é de facto, em muitas situações, tida como virtude. Mas, tal não se verifica quando feita à custa das populações nem, tão-pouco quando resulta de desnorte decorrente da percepção do muito que se foi desbaratando e que se bem aplicado poderia fazer de Vila do Conde o Concelho que os vilacondenses gostariam que fosse.

*FR*  
Doc. 6  
62 de 6/10  
D.

Com o presente Relatório de Gestão e Contas, apresentando como positivo **o que não o é** e referindo como exemplo criterioso o que visto com maior atenção não passa afinal de falácia, às designações já conhecidas de “engenharia financeira” e “economia criativa” o executivo PS faz somar uma criação própria: o conceito de “contabilidade industriosa”!

Porque este é o Relatório possível de um exercício a todos os títulos medíocre, o voto da CDU só pode negativo!

*FR*

## Relatório e Contas de 2006

O Relatório de Gestão sublinha a taxa de execução orçamental da DESPESA (73,9%) mas omite habilidosamente a taxa de execução do Plano de Investimentos e não é por acaso. Com efeito, mais uma vez, apenas foi realizado uma baixíssima percentagem dos investimentos calendarizados, menos da quarta parte do Plano, mais concretamente, 24,8%, ou seja apenas 11 dos 46 milhões de investimento previsto.

Quando a maioria do Executivo nos vem dizer que a taxa de execução é de 73,9%, está a dizer-nos que executou as despesas correntes como se pudesse deixar de fazê-lo, como seria não pagar aos funcionários, os combustíveis, os telefones, a água ou a energia eléctrica. Vem dizer-nos que conseguiu pagar essas despesas e que os vila-condenses devem dar-se por satisfeitos por ainda terem sobrado uns tostões para algum investimento. Ora o que interessa aos vilacondenses e o que nos cabe aqui avaliar, é precisamente a extensão e a qualidade do investimento. Se foram realizadas as obras mais prioritárias, aquelas que melhoram no presente e no futuro a qualidade de vida, o bem estar, o emprego. Como se sabe, não existem prioridades estabelecidas, não há Plano estável e confiável, não há sequer um Plano, não está por isso garantido qualquer futuro, sendo que o presente é de que o concelho está na cauda da Área Metropolitana no que se refere ao rendimento e ao desemprego, mas também nas baixas qualificações, e nas infra-estruturas básicas.

Esta baixíssima execução revela uma de duas coisas, ou má gestão ou um Plano irrealista e fantasmagórico. No caso presente, a baixa execução deve-se ao irrealismo do plano apresentado pelo partido socialista, o qual está expresso no Orçamento; com efeito, o valor do investimento não definido é superior àquele que está definido, ou seja, dos cerca de 46 milhões previsto, 23 milhões não tinha dotação definida, isto é, mais de 50% do Plano de Investimentos.

O desvario está também vertido no lado da receita, pois se a média da receita dos últimos quatro anos foi de 50,6 milhões de euros, o que faz esta governação apresentar expectativas médias de receita de 70,7 milhões, um valor 40% acima do que seria razoável? Certamente o peso da consciência do muito que falta fazer, do muito que deveria estar, mas não está, feito.

Do que foi realizado e uma vez mais e para não variar, as taxas de execução mais elevadas são para as funções gerais, e as funções económicas; as menores taxas de execução dizem respeito às funções sociais, onde pontuam o Saneamento, o Abastecimento de Água, a educação a cultura e o ordenamento do território. A excepção à regra é a taxa de execução da habitação que se situa nos 80%.

A Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza mereceu da parte da maioria do Executivo, apenas 40 mil euros, dos míseros 85 mil que lhe estavam destinados e apenas para a compra e reparação de maquinaria, como sempre.

O Plano apresentado pela maioria do Executivo é o seu mais cabal exemplo de falta de critério, falta de planeamento e de sentido das prioridades, aliás bem expressa nas inúmeras alterações que são feitas no decorrer de cada ano. Sendo um dos municípios ricos e tendo contraído elevado endividamento, a consulta do Plano evidencia as inúmeras infra-estruturas ainda por fazer que nele constam.

As dívidas a fornecedores (imobilizado e conta corrente), subiam quase para o triplo em dois anos, em ciclo com as eleições: de 11,5 milhões em 2004, para 30,2 milhões em 2005, continuando a subir em 2006 para 31 milhões. Tendo subido no ano passado, mais 766 mil 848 euros.

Desce a dívida à banca mas sobe aos fornecedores, e a dívida total só é contida com recurso à venda de património.

A dívida a **Outros Credores** que era em 2004 de 100 mil oitocentos e quatro euros, passou no ano eleitoral de 2005 para 5,3 milhões, atingindo neste relatório de 2006, 9,7 milhões, um aumento de 9,6 milhões em 3 anos, ou seja, um aumento de 9.600% !!! Querem melhor prova de que é o eleitoralismo que orienta a governação desta maioria?

A dependência do município em relação aos credores também fica tecnicamente espelhada no **Rácio da Autonomia Financeira**, que mede a autonomia em relação aos credores; sendo o valor deste rácio 2,74, é inferior à média nacional em 2002 que é de 3,31.

O **Rácio de Endividamento** diz-nos, confirmando o que vimos afirmando, que a Câmara financia mais de um terço de toda a sua actividade (36,9%) com recurso a capital alheio.

O município de Vila do Conde consta já da lista dos 75 municípios mais endividados; estava no vigésimo quinto lugar, mas está a esforçar-se bem para bater a Câmara do Marco de Canaveses e arrebatá-lhe mais este prémio negativo da governação autárquica nacional. A maioria socialista acaba de enriquecer a sua vitrina de troféus com a menção honrosa obtida recentemente das mãos da prestigiada e insuspeita Comissão Europeia, que distinguiu o nosso concelho pela falta de cobertura da rede de abastecimento de água e saneamento. Um primeiro lugar do mau exemplo para toda a Europa.

O **Rácio de Liquidez** mostra que apenas 15% das dívidas a fornecedores de curto prazo podem ser pagas com os recursos de tesouraria, quando a média nacional é de 98%; um problema, portanto, desta governação.

Este Relatório não visa, como devia, a transparência e basta a consulta às páginas 87 e 88. No quadro do endividamento consta para os Fornecedores de imobilizado de

conta corrente o valor de 18,6 milhões e no balancete de outras dívidas, o valor é de apenas 17,3 milhões supondo-se ser este o valor líquido mas essa informação não está lá com clareza.

E que dizer da discrepância entre o Balanço e estes dois quadros no que se refere a esta mesma dívida? Não é que no Balanço regista uma diferença para menos de 9,5 milhões nas dívidas a fornecedores de imobilizado de conta corrente? Em vez dos 17,3 ou dos 18,6, regista apenas 7,8 milhões números redondos. Como podem estas contas estar certas? Não é o Balanço a contabilização global de cada código, no caso o código 2611; como pode o todo ser inferior à parte?

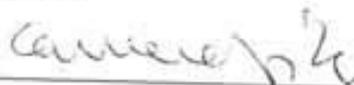
Estas discrepâncias não podem ser acasos e não cremos que sejam erros técnicos. Também não é por acaso que aparecem no lado da dívida. O município está no limite do endividamento, se não o ultrapassou já, e a maioria socialista está a tentar escondê-lo para evitar ser penalizado nos próximos anos através da subtracção do excesso nas transferências do Orçamento do Estado. Também não é por acaso que na última assembleia trouxe uma proposta de venda de terrenos da autarquia e hoje volta a fazê-lo; fá-lo para pagar dívidas contraídas, delapidando assim o património do município.

Um exemplo claro da governação desastrada, senão mesmo danosa, é o caso da dívida à ADSE. O município acumulou uma dívida de 2,3 milhões de euros, por ter recebido as contribuições dos funcionários sem as encaminhar para a ADSE, adiantando por sua vez, as comparticipações de saúde que aquele organismo deveria fazer. Agora que pagou a dívida, tem de receber da ADSE, o montante adiantado pela Câmara aos seus funcionários durante o tempo em que se substituiu àquele organismo. Nada neste relatório evidencia o retorno dos montantes adiantados pela Câmara, valor este superior às contribuições uma vez que a ADSE é deficitária. Não nos parece fácil o retorno dessa importância, agora passadas várias dezenas de anos e uma vez que qualquer pagamento da ADSE carece de prova documental. Não é difícil assim estimar que o município pode vir a ser lesado em cerca de 2,5 milhões de euros pela governação desastrosa da maioria socialista. Gostaríamos de ouvir da parte do Sr. Presidente uma referência a esta questão.

Pelo que foi dito, este relatório padece de falta de rigor técnico e não está em nosso entender em condições de ser apresentado a esta Assembleia e consequentemente de ser votado.

23.Abril.07

Carmen Silva



Estamos mais uma vez aqui reunidos para debater o documento que serve de balanço a uma actividade anual de um órgão municipal sobre o qual cabe-nos fiscalizar e avaliar sobre os seus resultados.

Esta forma de repartir funções garantindo uma presença da população na discussão dos destinos da sua terra é o resultado de uma mudança que daqui a 2 dias estaremos a comemorar. Essa mudança começou com o 25 de Abril de 1974 e tem vindo a ser aperfeiçoada ao longo destes 33 anos. A distância temporal já nos permite aferir mudanças importantes de onde destacamos a limitação de mandatos, como a medida mais recente, no que concerne à política e aos seus projectos. Hoje mais do que nunca debate-se a realidade económica e social com um horizonte mais curto em relação aos intérpretes das funções autárquicas com cariz executivo. Por aqui entendemos que a discussão sobre o relatório de contas afasta-se, de forma tendencial, da discussão inócua dos simples números para se centrar cada vez mais na problemática dos resultados tendo em vista as estradas a percorrer para o futuro. Do CDS sempre veio uma mensagem de se procurar distinguir, na discussão em causa, os números dos resultados políticos. Aos números, da sua correcção e da sua verdade técnica cabem outros actos e outros órgãos de soberania. Aos resultados políticos cabem as funções desta Assembleia, sendo esta a fiel depositária da confiança política de todos os eleitores para garantir o cumprimento dos caminhos traçados pelo poder executivo.

A nossa análise do relatório de gestão vai, assim, visar na essência a discussão desse binómio paradigmático que são as promessas e a realidade.

A realidade nacional está envolvida numa mística de reforma que tem vindo a modificar o nosso tecido social procurando impor uma saúde económica ao País esquecendo objectivamente a necessária saúde financeira e o bem estar individual. Será que Portugal está mesmo a mudar no sentido da Europa Central ou mesmo no sentido da Europa Social que existe há mais de 30 anos? Os esforços de contenção generalizados e as políticas de reformulação das estruturas públicas estarão realmente a fornecer uma maior qualidade aos portugueses? A ideia que todos temos vindo a sentir é que existe um enfraquecimento do português médio, naquilo que é a sua capacidade de compra, naquilo que foi ensinado a fazer

Doc 8  
(2:4 G(12))  
S.

durante os anos dourados da reconstrução com base nos dinheiros da Europa. Curioso é perceber que este emagrecimento afecta as tais estruturas públicas, as unidades de decisão e administração que permitiram rever o País. Torná-lo bem mais descentralizado, fugindo ao peso e obscurantismo de Lisboa sobre a paisagem, que é o resto de Portugal. Os sinais fortes destes fenómenos têm atravessado os governos de esquerda e de direita dos últimos 10 anos. Parece, a determinado momento, que pouca é a diferença no que concerne aos comandos do País. Mas esta conclusão fácil, de subtil empirismo, torna-se evidente mais do que nunca nesta ultima fase. Lá chegaremos a seu momento...

Vila do Conde sempre viveu, a par dos seus vizinhos do Grande Porto, amortecida dos impactos negativos da políticas centrais porque esta comunidade esteve vinculada ao seu peso demográfico e económico. Este peso libertou a nossa terra de problemas clássicos como a desertificação, escassez de vias económicas, escassez de serviços, dificuldades de investimento público e privado. Enfim, o que poucos mas em muitos lugares sempre reclamaram desde a implantação do estado de direito. Sobre Vila do Conde será fácil perceber o benefício estratégico que tem vindo a obter com a execução de grandes projectos tais como o Metro, a implantação de grupos económicos fortes e mesmo com o POLIS. Seria uma injustiça não mencionar que a incorporação nos projectos estruturais também se deveu ao peso político de alguns agentes. Isso é algo de um passado recente que não podemos esquecer para avaliar as condições para o futuro.

O que mudou e que nos deixa apreensivos? Tudo. Exemplos claros:

I - Não verificamos uma posição incontornável dos nossos autarcas face à discussão no novo aeroporto de Lisboa. Parece que esquecemos que Vila do Conde tem parte do aeroporto de Sá Carneiro. O novo e megalómano aeroporto de Lisboa vai mudar a lógica de investimentos públicos e privados e nós ficamos calados.

II - O poder em Lisboa quer retirar a gestão do Metro aos nosso autarcas, e estes mesmo protestando, ficam vinculados a um ataque frontal à sua autonomia. Ou seja, em nome da reforma entrega-se um projecto do Grande Porto ao poder central e tudo em nome da alegada incompetência dos autarcas do Grande Porto. E nós ficamos calados.

III - O programa POLIS ficou aquém do que se previa. Todos os governos, após o ataque da epidemia do défice, não colmataram as lacunas e hoje temos em falta a execução de peças importantes para dar dimensão ao projecto de requalificação da cidade. E nós ficamos calados.

IV – A saúde pública é hoje refém dos números e da visão económica da sua gestão. Vila do Conde recebeu uma medida avulsa de contenção, agregada a uma promessa vã de tornar prioritário esse projecto que é a construção de um simples hospital. Note-se que esta promessa é por si só o argumento para se ir mudando o horário das nossas urgências e naturalmente o seu progressivo encerramento. E nós ficamos calados.

Ficamos calados, pois o que fica para a história são as posições aqui aprovadas e dessas, infelizmente, poucas vezes se quebra a disciplina partidária. Assim, com ventos de partido a favor mais vale o silêncio para se apostar no peso político de uns ou na confiança de um destino mais afortunado. Pode-se mesmo dizer que hoje, mais do que nunca, Vila do Conde está cercada.

Este cerco é uma faceta do problema da gestão para o nosso concelho. Analisando, na sua simplicidade, o relatório de gestão notamos que as conclusões de 12 meses de trabalho são cópia de tantos 12 meses escritos no passado. Na gestão diária, o executivo afirma logo em primeira linha a execução do PER. Compreendendo este apontamento, e logo como primeiro da linha de 18 actividades de realce, considera-se estranho a palavra executar como se fosse algo iniciado há pouco e com um termo a curto prazo. A verdade é que a execução dos Programas Habitacionais são um dado político que se arrasta ao longo de muitos anos e curiosamente temos vindo assistir à promessa da conclusão do PER, de forma continua. Tendo sido esta sucessivamente adiada ao ponto de concluirmos, de forma irónica, que o problema da habitação social cresce mais do que o próprio concelho. Felizmente, sabemos que não é assim, não é na necessidade que se nota a causa mas antes na capacidade do Estado em realizar o desfecho deste programa. Fala-se aqui em taxas de execução abaixo dos 50%.

Sobre os dois pontos que se seguem notamos que existe uma tendência, pela importância formal dada neste documento, de se tornar o dever em excepção. A manutenção do edificado municipal, o seu melhoramento e eventual alargamento é algo que capta atenção de 12 meses de trabalho. O que se nos afigura neste ponto, cópia fiel do que se escreve nos documentos do passado, é que a simples manutenção é sinónimo de uma obra que já se fez e agora só se aguarda o tempo para a entregar aos que virão no futuro. Aqui, gostaríamos de ver mais e ver algo de diferente. Assim o defendemos e assim o iremos propor ao longo da luta política que travamos em nome de Vila do Conde.

Tropeçamos, de forma algo surpreendente, no tema ambiente. Vemos dois pontos onde é referido a manutenção de investimento que deveria ter outra descrição. Em primeiro lugar começamos por

A.  
Doc. 8  
(3:26/12)  
3

A.  
Doc. 8  
(420 6/12)  
S.

verificar que a privatização das águas e saneamento teima em não dar frutos. Em segundo lugar, os comentários oriundos da Comissão Europeia que nos junta ao Concelho da Póvoa de Varzim como péssimos exemplos de gestão ambiental são no mínimo graves. Não podemos aceitar, de quem tem vindo a obter sucessivas maiorias absolutas, que permita, na sua gestão, deixar cair 60% da carga poluente dos seus concelhos sem qualquer tipo de identificação. É que o problema já não fica na falta de tratamento! Fica-se simplesmente pela total alienação na gestão do problema. Em terceiro lugar, não podemos deixar de referir que mais uma vez a gestão em causa optou por investir abaixo dos 50% daquilo que se propôs. Se os eleitores não se importam o facto é que a nossa responsabilidade politica impõe-nos a obrigação de discutir o assunto e procurar ajudar a resolve-lo.

Na saga da análise complexa deste texto simples percebemos que nestes 12 meses esteve o executivo envolvido na execução/conclusão de sete obras. Destas sete, seis arrastam-se de ano para ano. De algumas até obtivemos noticia de inaugurações. Mas e o resto? Então ao final de dois anos de mandato onde estão as tais obras de referência? As tais promessas bombásticas, que alegraram as expectativas e que naturalmente capitalizaram votos? Será que não deveriam estar aqui? Referimos o pormenor e achamos ser um sinal, nesta fase, de que serão promessas para serem cumpridas noutros mandatos que não este! Quanto aos outros pontos queremos apontar dois, que se escapam ao clássico "continuar" e que se definem pelo "início" e pelo seu "fim".

Queremos registar, com muito agrado, o inicio das obras de recuperação do Teatro Municipal. É um dado importante para a cidade e para o concelho. Um reforço nas estruturas vocacionadas para a cultura e que permitem revitalizar o centro da cidade com consequências positivas para o comercio local. Esta obra é um exemplo do perigo que o centralismo em Lisboa pode representar para a paisagem que é Portugal. Felizmente, tudo indica que para breve teremos esse novo espaço. Sobre ele a discussão no futuro passará pelo conceito de gestão e opções a serem tomadas quanto à sua ocupação. Ansiamos poder vir a participar na discussão dos modelos e opções de gestão pois será um sinal de abertura como também será um ponto de partida para uma nova realidade em Vila do Conde.

No campo do "fim" temos a participação no POLIS. Confessamos que gostaríamos de ter visto mais. O defeito pode ser nosso ao querer desejar tudo e em muita quantidade para a nossa terra. O facto é que este programa tem uma imagem como se fosse algo

A.

Doc. 8  
(53 de 6/12)  
2.

que ficou a meio. Tanto se disse, tanto se quis discutir e afinal, pese embora a sua qualidade, o que sobrou tem o aroma de que não ficou completo. Este programa condenou, por opção do executivo o Circuito de Vila do Conde, condenação esta que foi argumentada com o incremento de alternativas que iriam impor uma nova vida na cidade. Do investimento público temos quase tudo mas do privado não temos rigorosamente nada. Não percebemos, não concebemos como é possível! Estamos a entrar em mais um Verão e a nossa oferta é a mesma de sempre. Para uns basta mas julgamos que este continuar vai ter dois efeitos. O primeiro, será de "tampão de crescimento e qualidade". O segundo, será um saturar do que existe actualmente com riscos de contestação da população residente e por consequência diminuição da oferta. Achamos que poderia ser feito mais e com um maior dinamismo.

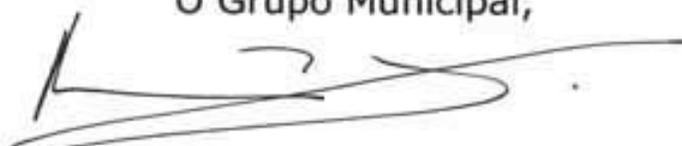
Queremos ainda referir a questão – Turismo. Como é sabido, o executivo é da opinião que Vila do Conde está bem como está. Considera-se satisfeito com os dois meses de Verão existentes. Destes dois meses refira-se que o aspecto essencial são as praias. Tudo o resto, pese embora a sua qualidade, acaba por ter uma relação causa/efeito difícil de medir. E se mesmo isto possa ser contestado por uns o facto é que durante 10 meses a cidade e o nosso concelho quase que hibernam. Se não tivesse nada para oferecer seria um obstáculo incontornável mas não o é! O que se nos afigura é dito no mapa de execução onde as taxas são muito reduzidas. Por outro lado, verificamos que a concorrência directa ao nosso concelho tem vindo a investir em acções que promovem os seus produtos de forma massiva. Aliás, com pena nossa, recuperam património turístico que durante anos foi exclusivo de Vila do Conde. Aqui, sem dúvida, que o caminho terá que ser outro. Finalmente queremos alertar para o peso crescente com as despesas fixas, de onde se destaca as despesas com pessoal. Sabemos que os limites não estão atingidos, sabemos que ainda existe margem para crescimento mas ninguém pode negar que o peso actual está a por em causa os projectos de investimento para o futuro. Todos sabemos que estamos num fim de ciclo e que os próximos anos serão os últimos de um estilo e de uma visão. Quem vier a seguir irá herdar uma estratégia e um leque de encargos que poderão ser castradores para uma Vila do Conde diferente. Seria fulcral que o actual executivo, para além de procurar diminuir o endividamento liquido deveria preparar condições para que as estruturas autárquicas fossem leves o suficiente para levar à conquista de novas ideias e novos projectos.

Nestes termos votamos politicamente contra este documento, nesta assembleia municipal, como forma de protesto contra uma politica

de reforma baseada no poder central e que nos retira, cada vez mais, uma capacidade de decisão autónoma sobre os nossos destinos. Votamos contra por entendermos que este documento espelha uma execução magra face às promessas eleitorais e diárias que o executivo tem vindo a proferir. Votamos contra este documento por considerarmos que o fim de ciclo governativo de Vila do Conde está a condicionar o futuro, nomeadamente todos aqueles que se irão propor a conduzir os destinos do nosso concelho.

Doc. 8  
6º de Abril  
2007

O Grupo Municipal,



Vila do Conde, 23 de Abril de 2007

Doc. 9

**António Castro**  
**Presidente da Junta de Freguesia de Retorta**

Análise das despesas correntes e de capital do ano de 2006, para as freguesias do concelho de Vila do Conde.

- Analisando o relatório de gestão e contas do Município de Vila do Conde, ao nível da despesa corrente e despesa de capital e, apurado o valor que foi afecto às freguesias, encontramos valores que revelam, claramente, o empenho do executivo no permanente desenvolvimento das nossas freguesias.

Assim:

Em relação às transferências para as freguesias é de salientar que: tendo baixado a despesa total do município em 1% face a 2005, o executivo transferiu para as freguesias o valor de 3.008.892,62€ (pág. 54 / RGC), revelando um aumento de 9% comparado com o ano anterior.

Este valor transferido tem um peso no orçamento municipal de 33,27%, face às receitas do FGM e do FBM, atribuídas ao município. Aumenta 2,74% face a 2005.

Em relação ao plano plurianual de investimentos (P.P.I.), que atingiu o valor de 11.462.530,09€ (pág. 42 / RGC), e apuradas as despesas respeitantes às freguesias que totalizaram o valor de 7.066.085,68€, conclui-se que corresponde a 62% do P.P.I. / 2006.

Estes valores não deixam dúvidas sobre a directriz política deste executivo em relação às nossas freguesias.

Vila do Conde, 23 de Abril de 2007



Desp. Total 2005 → 50.392.956,31  
Desp. Total 2006 → 49.881.289,79 \* = 1%  
\*(pág.29)

Transf. Freguesias:  
2005 - 2.761.282,35  
2006 - 3.008.892,62 = 9%

2005  $\frac{2.761.282,62}{9.044.851,00} = 30,53\%$   
2006  $\frac{3.008.892,62}{9.044.851,00 *} = 33,27\%$   
\*(F.G.M. + F.B.M.); (pág. 45/46)

PPI Freguesia:  
7.066.085,68  
11.442.530,39\* = 62%  
\*(pág. 34/41)